

HOMENAGEM A WARREN DEAN:
COMENTÁRIO SOBRE *RIO CLARO, UM SISTEMA*
BRASILEIRO DE GRANDE LAVOURA, 1820-1920

Sidney Chalhoub¹

Deptº de História do IFCH/UNICAMP

Em entrevista concedida no final da década de 1980, Warren Dean comentava que, apesar da enorme repercussão de seu primeiro livro, *A industrialização de São Paulo*, considerava seu "segundo livro, sobre Rio Claro,... melhor que o primeiro, só que poucos prestaram atenção nele". E ele prosseguia: "Tenho que concordar que meu livro sobre São Paulo é uma monografia mais importante, mas sobre todos os pontos de vista me agrada mais o segundo: é melhor fundamentado, mais consistente, baseado numa documentação mais

¹Texto escrito como base para participação no painel intitulado "Warren Dean (1932-1994): An Appreciation", no XIX Congresso Internacional da Latin American Studies Association (LASA), Washington, DC, setembro de 1995. O autor é Professor Livre-Docente, UNICAMP, Departamento de História (Caixa Postal 6110, Campinas SP, 13081-970, Brasil; e-mail chalhoub@CCVAX.UNICAMP.BR).

articulada...". Após algumas outras observações, Warren fazia uma avaliação ainda mais incisiva: "Em relação ao primeiro livro, eu ainda estou incerto sobre muitas coisas que disse, mas do segundo reafirmo tudo o que concluí e, mesmo que alguém discorde, duvido que não venha a repensar sua opinião... *Rio Claro* foi algo que levou muito tempo para ser elaborado. Poderia ter sido feito com muito maior velocidade, mas reuni muito material..."²

Ora, tenho de confessar que concordo com a avaliação de Warren, salvo no que concerne à observação de que "poucos prestaram atenção" em seu *Rio Claro*. É possível que *Rio Claro* tenha tido uma repercussão diferenciada em relação à *Industrialização de São Paulo*; é possível mesmo que os dois textos tenham repercutido em públicos acadêmicos diferentes. É verdade que *A Industrialização de São Paulo* provocou polêmica imediata devido a suas implicações políticas para o debate em andamento sobre os rumos da supostamente iminente "revolução social brasileira". Mas não é menos verdade que *Rio Claro* foi lido com atenção e considerado uma monografia exemplar por professores e estudantes de pós-graduação que tentavam então – no final da década de 1970 e início dos anos 1980, portanto já em outra conjuntura política – restaurar o ensino e a pesquisa em história no país, atividades essas que haviam sido destroçadas durante o período da ditadura.

Sobre isso, posso dar meu testemunho pessoal, pois lembro bem que a primeira vez que li *Rio Claro* foi quando cursava uma disciplina com Maria Yedda Leite Linhares na pós-graduação da Universidade

²Entrevista concedida por Warren Dean publicada em José Carlos Sebe Bom Meihy, *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*, São Paulo, Nova Stella Editorial, 1990, pp. 269-81. Sobre *Rio Claro*, ver pp. 276-7.

Federal Fluminense, em 1981. Guardo ainda meu exemplar da época, com os rabiscos e comentários à margem, assim como lembro do trabalho de curso que fiz em grande medida a partir do livro de Warren e de comentários a respeito de como ele utilizava suas fontes. Afinal, um dos eixos que começavam a organizar a pós-graduação da Universidade Federal Fluminense era o que chamávamos à época "história regional" ou "história local" ou, ainda, "história agrária", e nos cursos introdutórios em tal linha de pesquisa as monografias de Stanley Stein sobre Vassouras e de Warren Dean sobre Rio Claro constituíam-se em leituras obrigatórias. Um dos objetivos das pesquisas em história agrária era exatamente explorar as fontes provenientes de arquivos cartoriais; os livros de Dean e Stein eram aqueles que haviam utilizado tais fontes de forma mais abrangente e sofisticada, tornando-se assim pontos de passagem necessários para os alunos de pós-graduação.

Parece estranho, porém, sugerir que *A industrialização de São Paulo* tenha obtido uma repercussão mais imediatamente **política**, enquanto *Rio Claro* teria alcançado um significado mais estritamente acadêmico. Parece estranho porque, em vários sentidos, *Rio Claro* é um livro muito mais deliberadamente politizado do que *A industrialização de São Paulo*. O próprio testemunho de Warren a respeito é inequívoco:

"Meu segundo livro traduzia um horror à escravidão, mas também ao regime instalado nos anos 60 no Brasil... Percebi esta segunda realidade em 68, quando estava aqui pesquisando. Aquela era uma época em que os meus colegas da mesma idade aqui no Brasil eram afastados da universidade ou iam para as cadeias e o exílio...Eu me sentia

um solitário privilegiado, pois fazia pesquisa no Arquivo do Estado, sem ter ninguém para me 'acompanhar'... Então desenvolvi uma forte e dupla simpatia pelas lutas dos descendentes de escravos e pelos colegas acadêmicos brasileiros, constrangidos pelo sistema..."³

Este "estado de espírito", por assim dizer, descrito pelo próprio autor transparece em cada página de *Rio Claro*. O livro surpreende pelas ironias cortantes, pela indignação moral diante de atitudes dos fazendeiros, pelo tom aguerrido e abertamente político que assume em certos momentos, especialmente quando o assunto é a tentativa de demonstrar que os escravos haviam sido eles mesmos os principais sujeitos de sua libertação. Tudo isso surpreende, especialmente levando-se em consideração os hábitos de narrativa histórica politicamente anódina tão em voga em nossos dias; certamente, Warren não se associou aos burocratas que inventaram a narrativa tecnocrática em história. O "fundamento ideológico" do texto era francamente reconhecido já no prefácio:

"É preciso admitir que a preocupação do autor também tem seu fundamento ideológico. O povo tem direito à sua própria história. Que a terra, o trabalho e o lucro tivessem sido expropriados tem menor relevância do que o fato de que a expropriação tivesse sido legitimada, e legitimada de tal maneira que os que sofreram a expropriação saíram humilhados. Por ocasião de um congresso que se realizou no Rio de Janeiro em 1950 a fim de estudar a posição do negro

³ Meihy, obra citada, p. 276.

na sociedade brasileira, um dos participantes desaprovou enfaticamente o estudo da história da escravidão: 'Precisamos é esquecer esse tratamento brutal, para não sentirmos ódio. Para que o Congresso vai lembrar que meu pai apanhou, minha mãe apanhou. Por quê?' Por motivos científicos, declarou o presidente; para mostrar aos brancos os seus erros, disseram outros participantes; para mostrar que os negros, apesar de tudo, sempre tinham cooperado; para mostrar que a situação melhorara. A angústia do orador era insuportável, e a reunião teve de ser suspensa apressadamente. A resposta deveria ter sido: Seu pai e sua mãe merecem ser recordados porque sofreram, e ainda mais porque resistiram e triunfaram. A história não revela submissão e resignação, mas sobrevivência e revide. O estudo do trabalho nas grandes lavouras tem implicações igualitárias, mas o que se pretende – é preciso deixar bem claro antecipadamente – é corrigir perspectivas que foram distorcidas mediante argumentações especiais, e não introduzir distorções onde não as havia."⁴

Não consigo imaginar forma mais sincera e inspirada de um autor apresentar sua obra aos leitores, deixando-lhes claro o lugar de onde falava e explicitando-lhes suas motivações para a empreitada. A observação de que o objetivo do trabalho era "corrigir perspectivas que foram distorcidas", e não "introduzir distorções onde não as

⁴Warren Dean, *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 15. O episódio relatado foi recolhido em A. de Nascimento, ed., *O negro revoltado*, São Paulo, Edições GRD, 1968, pp. 201-3.

havia", mostra que a motivação ideológica da narrativa não tinha nada a ver com saídas fáceis e conservadoras, como o relativismo histórico ou o ceticismo acadêmico. Havia uma história a contar, uma história a ser contada a partir de uma perspectiva escolhida, porém uma história objetiva e verdadeira enquanto tal. Havia "distorções" no registro histórico porque os estudos sobre a luta contra a escravidão no Brasil ainda não haviam valorizado devidamente os escravos enquanto sujeitos de sua própria libertação. Após narrar vários casos de escravos que haviam pleiteado sua alforria na justiça, Warren escreveu: "Teria sido desnecessário insistir em algo tão elementar como a capacidade dos escravos para tratar dos seus interesses e barganhar com os senhores, se esse fato não fosse em geral passado por alto".⁵ O povo, afinal, teria direito à sua própria história.

Essas "distorções" às quais Warren se refere – ao menos algumas delas –, e aquilo que seu livro faz para eliminá-las, serão objeto de comentário mais específico e detalhado logo adiante. Antes abro um parêntesis para a escritura de *Rio Claro*, para a forma narrativa que expressa o "ethos" político que contagia todo o livro. Mencionei há pouco que o livro está cheio de "ironias cortantes" e de passagens de "indignação moral". Por uma questão de temperamento, e por achar que "os mal-humorados governam o mundo com a volúpia dos abutres", vou me ater principalmente às ironias de Warren sobre alguns comportamentos ou hábitos senhoriais (Talvez esteja inventando uma oposição inexistente; as ironias em *Rio Claro* parecem fundadas na indignação moral).

⁵Dean, *Rio Claro*, p. 132.

Ao tratar de certas práticas senhoriais concernentes à alforria, Warren as descreve como "curiosas tentativas de ganhar o céu". Por exemplo: numa carta de alforria de 1857, Ana Veloso, em seu leito de enferma, à espera da morte, concedia liberdade a uma escrava chamada Catarina; constava da carta, porém, que se por algum milagre a senhora sarasse, o ato seria revogado e Catarina voltaria a ser escrava! Outra "curiosa tentativa de ganhar o céu": num testamento descoberto na cidade de Ubatuba, estipulava-se a venda de um escravo para pagar as missas a serem rezadas pela salvação da alma do finado! Em 1857, João Joaquim Lopes de Figueiredo Brasil recebeu de herança de seus pais apenas dois velhos escravos. O mesmo testamento estabelecia que os dois cativos receberiam um pecúlio de 100 mil-réis cada um. João Lopes correu ao cartório e fez lavrar carta de liberdade em favor dos dois anciãos mediante a indenização de cem mil-réis cada, embolsando assim o dinheiro dos velhinhos. Declarou ainda que não fora outra a intenção de seu pai senão que os escravos usassem o dinheiro para alforriar-se. Diante de tanta sordidez, o historiador recorre à ironia. Páginas atrás, um João Lopes havia aparecido mandando espancar um escravo chamado Fausto; tal personagem era então um grande fazendeiro e o episódio ocorreria 27 anos após a marota concessão de carta de liberdade aos velhinhos. O comentário de Warren aparece entre parêntesis: "(Teria sido esse mesmo João Lopes aquele cujos capangas espancaram Fausto 27 anos mais tarde? Em caso afirmativo, observa-se o momento da acumulação primitiva. Como Balzac teria adorado!)". Logo em seguida, Warren descreve, visivelmente horrorizado, o costume de dar crianças escravas como presente. Uma mulher de recursos, "desejando dar uma sincera demonstração de estima e amizade", enfeitaria a filha ou filho de alguma escrava e enviaria a

criança para o outro lado do município, talvez presenteando uma neta ou sobrinha recém-casada. O comentário de Warren: "O presente talvez fosse bem intencionado e bem recebido; a criança poderia ser mimada e protegida. No entanto, que horror ver uma menina tratada exatamente como se fosse uma boneca de corda;...enquanto na sala as insípidas senhoras, aos gritinhos, trocavam os costumeiros gracejos (como as apresentadoras gorduchas da televisão paulista)..." (sic!).⁶

Warren também ironizava e achava "ridículas" algumas investidas dos fazendeiros para confirmar a sua autoridade moral sobre os escravos. Conta que quando um deles fora instado a explicar por que não registrara um ingênuo (filho livre de mulher escrava nascido após a lei de 28 de setembro de 1871), respondera que julgara desnecessário, pois ele próprio o tinha libertado por ocasião do batismo.⁷ E houve o caso do barão de Grão-Mogol, em quem Warren não achava nenhuma graça, pois tinha o hábito de promover orgias com escravas no porão da casa grande; nessas ocasiões, segundo testemunhos, outros distintos membros da classe senhorial local eram convidados a participar, sendo que as escravas permaneciam acorrentadas a postes e grades.⁸ Pois bem, em 1881 o barão de Grão-Mogol fez transcrever em cartório de Rio Claro uma escritura lavrada originalmente em Minas Gerais, quando ali ainda residia; a escritura era datada de um mês após a promulgação da Lei do Ventre Livre. Como se trata de um documento notável, desses que recompensam às vezes nossas longas e diligentes buscas nos arquivos, vou transcrevê-lo aqui:

⁶ Warren Dean, *Rio Claro*, pp. 81-3.

⁷ Dean, *Rio Claro*, p. 130.

⁸ Dean, *Rio Claro*, p. 78.

"Eu abaixo assignado, não tenho até hoje conservado no cativeiro nem uma cria nascida de minhas escravas, pelo dó que tenho ao pensar de passa-las do carinho com a qual as crio ao rigor de um cativeiro austero, tanto mais que, ...resolvi por essa razão libertar o ventre de todas as escravas que hoje possuo e o de todas que porventura venha possuir, pois, a marcha para a redenção dessa porção da humanidade suplantada pela escravidão – Mercê a Deus – caminha para o ponto de igualdade estabelecida pelo Redentor".⁹

Em outras palavras, o barão resolvera validar uma lei pública por escritura particular, e achava que ainda valia a pena confirmar o feito dez anos mais tarde. Esse episódio nos leva a considerar as interpretações propostas por Warren para a Lei do Ventre Livre, sem dúvida um dos pontos fortes de seu capítulo notável sobre "o fim da escravidão" em *Rio Claro*. Este é um dos momentos do livro no qual o autor está empenhado em corrigir "as distorções" vigentes na historiografia. E que "distorções" interpretativas seriam essas?

Num longo parágrafo, Warren resume e critica as explicações mais comuns para as causas da promulgação da lei de 1871. Não obstante a observação freqüente de que a lei de 1871 surgira em meio à inquietação dos escravos – originada ao menos indiretamente pela guerra do Paraguai –, e a afirmação de que, ao propor a lei, d. Pedro II tivera em mente a possibilidade de revoltas escravas, Warren achava que os historiadores continuavam a enfatizar demais as lutas políticas e pessoais de figuras parlamentares, o altruísmo do imperador, ou mesmo questões secundárias como o regionalismo. Tais interpretações

⁹Dean, *Rio Claro*, p. 130.

lhes pareciam ingênuas. Tampouco lhes satisfaziam análises centradas no "suposto desenvolvimento da economia brasileira". As transformações mais mencionadas na economia brasileira do período seriam a demanda crescente por maior especialização, decorrente da generalização do regime de produção capitalista, e o surgimento de ocupações urbanas, industriais em particular. Dizia-se também que os cafeicultores haviam finalmente percebido que o trabalho livre era mais produtivo do que o escravo. Warren relativiza todas essas causas econômicas da lei de 1871, considerando-as ainda pouco importantes à época, e aduzindo a observação de que "os estados escravagistas dos Estados Unidos já se encontravam muito mais avançados na direção do capitalismo, sem sentir a menor necessidade de renunciar à escravatura, até o momento da intervenção armada vinda do norte".¹⁰ O principal defeito em todas essas interpretações, concluía Warren, era que constituíam "paralelos ideológicos das hipóteses da escravocracia", sendo por isso "inerentemente falhas".¹¹

A "falha" era, na realidade, uma lacuna imperdoável – ou, talvez, uma omissão que ele, Warren, não estava disposto a perdoar. A lei de 1871 também não podia ser atribuída ao "sentimento abolicionista na classe média urbana", pois tal sentimento era ainda reduzido; no que dependesse dos fazendeiros, nada mereceria sequer debate em se tratando de escravidão, pois eles acreditavam "quase unanimemente...que a abolição da escravatura representaria a fuga em massa das lavouras, sua ruína financeira e o colapso de uma sociedade classista". Em suma, Warren talvez considerasse todas as causas mencionadas como necessárias para o entendimento do que ocorrera

¹⁰Dean, *Rio Claro*, pp. 126-7.

¹¹Dean, *Rio Claro*, p. 127.

Em 1871, ou mesmo para a compreensão do processo que levaria à abolição definitiva em 1888, mas não eram suficientes porque passavam ao largo de algo que fora essencial: "É inaceitável considerar os escravos como seres inertes e passivos, cujo papel alterou-se apenas com a mudança de condições que estavam além de seu alcance ou compreensão. De fato, todas essas condições transformaram-se marginalmente no decorrer do séc. XIX, mas os escravos mudaram muito mais".¹²

Para explicar as mudanças ocorridas entre os escravos, Warren enfatizava inicialmente aspectos demográficos ou estruturais. Após o fim do tráfico africano em 1850, a composição da população escrava vinha se transformando rapidamente. Os escravos nascidos no Brasil

¹²Dean, *Rio Claro*, p. 127. É útil contrastar essa passagem de Warren sobre os escravos como sujeitos da história com a formulação seguinte, constante de um dos mais famosos e citados estudos sobre a escravidão no Brasil à época da publicação de *Rio Claro*: "A reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma *peça* cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção. Por outro lado, o escravo auto-representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autônoma. Noutras palavras, o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado *coisa*, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos *senhores*" (Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 2ª ed., p. 125). Para uma crítica a esse tipo de formulação e outras afins, ver Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990. A passagem citada de Fernando Henrique Cardoso levanta sérias dúvidas sobre a veracidade do fato, alardeado pelo então candidato à presidência FHC, de que ele tivesse certa vez colocado os reais pés numa cozinha.

passavam a constituir maioria, e esses pareciam mais prontos a questionar a legitimidade de sua servidão. Por um lado, com o estancamento da fonte africana de trabalhadores para o ceto, houve uma transferência de escravos crioulos outrora empregados em atividades domésticas e artesanais para o trabalho nos cafezais; tal transferência causou insatisfação e aumentou a rebeldia entre os cativos envolvidos, inclusive por verem reduzidas suas chances de obter alforria. Por outro lado, o tráfico interprovincial passava a despejar no sudeste um contingente enorme de escravos brasileiros que se viam bruscamente arrancados de sua terra natal e da convivência de seus familiares, sofrendo talvez sua experiência mais traumática dentro do cativeiro até então. Warren argumenta que os fazendeiros percebiam que os cativos que compravam nas províncias do nordeste eram os mais difíceis e rebeldes, associando-os assim a um aumento generalizado das tensões sociais na escravidão.¹³

Warren procura descrever as mudanças de atitude dos escravos mostrando sua capacidade de racionalizar as queixas e desafiar as prerrogativas senhoriais; como no caso memorável do cativo de Rio Claro que, questionado sobre o porquê de haver assassinado seu senhor, respondera: "que não sabia a razão por que havia de trabalhar toda sua vida em proveito de um homem igual a si" (grifo no documento original).¹⁴ Igualmente importante na explicação proposta, porém, é a consideração das mudanças que ocorriam nas percepções dos senhores sobre as transformações ocorridas nas atitudes e consciência dos escravos. Tal enfoque leva Warren a propor um corretivo à afirmação um tanto evasiva de que a lei de 1871

¹³Dean, *Rio Claro*, pp. 127-8.

¹⁴Dean, *Rio Claro*, p. 126.

Curgira "em meio à crescente inquietação dos escravos"; na verdade, ela fora "notável" enquanto "reação à inquietação dos escravos".¹⁵

Cabe registrar, finalmente, que as páginas em *Rio Claro* sobre as consequências da lei de 1871 são magistrais, e antecipam muitas das temáticas e das conclusões de trabalhos sobre escravidão e abolição no Brasil realizados desde então, além de indicar fontes potencialmente ricas sobre o assunto nos arquivos cartoriais, municipais e provinciais (estaduais). Lá encontramos uma discussão penetrante não só dos limites da lei de 1871, mas também do potencial destabilizador da escravidão contido em vários de seus dispositivos. O pecúlio e a alforria por indenização de preço e o problema do fundo de emancipação são vistos no contexto da gritaria senhorial contra "a quebra da autoridade moral do senhor sobre o escravo"... E os casos relatados por Warren de escravos obtendo alforria por indenização e utilizando-se de expedientes variados para desafiar os senhores na justiça civil e criminal – até mesmo cometendo crimes e fugindo para a polícia, negando assim a autoridade senhorial – confirmam que freqüentemente houve, sim, "quebra da autoridade moral do senhor sobre o escravo". Esse processo, ao fim e ao cabo, antecipou o final da instituição da escravidão no Brasil¹⁶ – prevista para durar, mantidas as projeções senhoriais feitas em 1871, ao menos até 1930. (Lembre-

¹⁵Para a primeira formulação, ver *Rio Claro*, p. 126; para a segunda, p. 28.

¹⁶Dean, *Rio Claro*, pp128-38. Minhas próprias dívidas para com Warren na interpretação da lei de 1871 em *Visões da liberdade* são evidentes, certamente menos reconhecidas do que deveriam no livro propriamente. Os temas e interpretações sobre 1871 antecipados em *Rio Claro* aparecem numa quantidade enorme de pesquisas recentes, a maior parte delas dissertações e teses defendidas em vários cursos de pós-graduação em história do país.

se que a lei de 13 de maio de 1888 ainda veio em tempo de conceder ao Brasil a honra de haver sido o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão negra.)

É possível que, diante da imaginação metodológica e do fôlego de pesquisa constitutivos de *Rio Claro*, os historiadores da escravidão brasileira tenham tomado suas idéias e intuições de empréstimo mais regularmente do que reconhecido suas dívidas para com o livro e seu autor. De qualquer forma, Warren, você visivelmente exagerou "distorceu" o registro histórico? – ao afirmar "que poucos prestaram atenção" em *Rio Claro*.

NOTA BIOGRÁFICA:

Warren Dean nasceu em Passaic, New Jersey, em 1932. Mudou-se com a família para Miami em 1946. Concluiu seu curso de graduação na University of Miami em 1953. Após prestar o serviço militar obrigatório e trabalhar na loja Bloomingdale's em Nova York por alguns anos, matriculou-se no curso de pós-graduação em História da América Latina da University of Florida, tendo obtido seu Ph.D. em 1964.

Warren obteve seu primeiro emprego universitário na University of Texas, Austin, em 1965, tendo saído de lá em 1970 por ter negado um capitão do Exército permissão para assistir suas aulas (o tal capitão era "do tipo que compunha o serviço de inteligência norte-americano (CIA)", tendo chegado "a oferecer palestras sobre torturas" governos latino-americanos empenhados em combater guerrilhas internas). Chegou ao Center for Latin American and Caribbean Studies da New York University em 1970, onde permaneceu até o trágico acidente que causou sua morte, no Chile, em maio de 1994.

Um dos mais respeitados especialistas norte-americanos em história do Brasil, Warren publicou os seguintes livros: *The Industrialization of São Paulo* (University of Texas Press, 1969; tradução brasileira pela DIFEL); *Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820-1920* (Stanford University Press, 1976; tradução brasileira pela Paz e Terra); *Brazil and the Struggle for Rubber* (Stanford University Press, 1987; tradução brasileira pela Nobel); *With Broadax and Firebrand: The Destruction of the Brazilian Atlantic Coastal Forest* (The University of California Press, 1994; inédito em português).

Referências para a "Nota Biográfica":

LEVINE, Robert M., "Obituary: Warren Dean (1932-1994)"
Hispanic American Historical Review, novembro de 1994, pp.
689-92.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, *A colônia brasilianista: história oral
de vida acadêmica*, São Paulo, Nova Stella, 1990.

New York Times, "Obituaries", 25 de maio de 1994.

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (0192) 39.8342
Telex: (019) 1150 - Telefax (0192) 39.3327
Correio Eletrônico: pubifch@ccvax.unicamp.ansp.br



